



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 01 À CARTA-CONTRATO TRE-RO Nº 27/2021.

TERMO ADITIVO Nº 01 À CARTA-CONTRATO TRE-RO Nº 27/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. 0001027-24.2021.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO N. 25/2021.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA ACTION ITEC INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA EIRELI, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO DE ACERVO DOCUMENTAL.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021) e CPF n. (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), neste ato denominado **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **ACTION ITEC INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n. **14.895.195/0001-90**, com sede na Rodovia Amaral Peixoto, 89.772, Quadra 27, Lote 838, Praia dos Coqueiros - CEP: 28.970-000, Município: Araruama, Estado RJ, Telefone(s): (21) 3477-6022 / (21) 98803-4812/98055-8898, E-mail(s): george@actionitec.com.br, neste ato representada pelo Senhor **GEORGE DA COSTA ROCHA**, brasileiro, Cédula de Identidade RG 104955653/DICRJ e CPF 044.048.727-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

71, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante no Despacho n. 202/2022-GABDG (evento [0795328](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

I – Prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato n. 27/2021 (evento [0775295](#)), por mais 15 (quinze) dias corridos, a contar de 24/03/2022 e data final em 07/04/2022, sem ônus para o Contratante; e

II – Prorrogar o prazo de execução da Carta-Contrato n. 27/2021 (evento [0775295](#)), por mais 15 (quinze) dias corridos, sem ônus para o Contratante.

Subcláusula Única – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no Art. 57, § 1º, II da Lei nº 8.666/93 e na CLÁUSULA QUINTA, Subcláusula Segunda, da Carta-Contrato nº 27/2021 (evento [0775295](#)).

DA RATIFICAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Instrumento Originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 04 de março de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo Contratante	GEORGE DA COSTA ROCHA Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021) Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021) Testemunha

**ANEXO I DO 1º TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO N.
27/2021**

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo em relação ao valor inicial atualizado do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Carta-Contrato n. 27/2021 (assinada em 23/12/2021) – Volume VI do PA (evento n. 0775295) Vigência: 3 meses, a contar de 23/12/2021 até 23/03/2022, podendo ser prorrogada.	R\$ 90.000,00	-
1º Termo Aditivo (assinado em ___/03/2022) – Volume VII do PA (evento n. 0797032) Prorrogação da vigência e execução por mais 15 dias.	-	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 90.000,00
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES DESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR INICIAL ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO****LOPES, Diretora Geral**, em 04/03/2022, às 11:56, conforme art. 1º, III, "b", da
Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **GEORGE DA COSTA ROCHA, Usuário Externo**, em 07/03/2022, às 09:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 07/03/2022, às 10:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 07/03/2022, às 10:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0797032** e o código CRC **8C65F94B**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

MANIFESTAÇÃO Nº 2/2022 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SPEA

Sr. Secretário,

A empresa vencedora do certame destinado à serviços especializados de higienização e descontaminação de arquivos, **ACTION ITEC INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA EIRELI**, apresentou seu Plano de Trabalho ([0791920](#)) em relação ao objeto da Carta Contrato 27 ([0775295](#)), nesta data, após o prazo estipulado na documentação de referência, ensejando multa contratual nos termos da CLÁUSULA QUINTA, Subcláusula Primeira, item 1, do referido Contrato.

Entretanto, à época da data limítrofe (02/01/2022), não havia nenhum servidor nesta Seção que pudesse receber tal entrega, posto que, todos os servidores estivessem de Recesso, e, logo a seguir, com a volta do trabalho presencial, tivemos de efetuar a mudança física do Arquivo Geral durante vários dias, bem como, a ocorrência de covid-19 relativo a esta Chefia, fatores esses que limitaram em muito a rotina de trabalho, que, a meu ver, não foi impactada pela referida entrega. Dessa forma, **propugno pela razoabilidade da não aplicação de multa quanto à referida entrega** devido aos fatores supervenientes apontados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Outrossim, a referida empresa apresentou concomitantemente o pedido de prorrogação contratual por mais 15 dias, conforme as razões expostas no evento [0791923](#), a qual, me parece razoável, haja vista os percalços enfrentados na aquisição de material importado para a realização do devido tratamento arquivístico, bem como, a ocorrência de covid-19 que acometeu parte da equipe escalada para o referido serviço, manifestando assim, **meu assentimento quanto à prorrogação solicitada nos termos do referido pedido**, conforme a CLÁUSULA QUINTA, Subcláusula Primeira do referido Contrato.

Assim relatados os fatos, submeto-os à manifestação superior.

Cordialmente,



Documento assinado eletronicamente por **JOESER ALVARES DA SILVA, Chefe de Seção**, em 15/02/2022, às 16:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0791928** e o código CRC **4D793583**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001027-24.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SPEA

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de execução e vigência do Carta-contrato nº 027/2021 – Minuta de Termo Aditivo - Objeto: **SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO DE ACERVO DOCUMENTAL** – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 32 / 2022 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, levou-se a cabo a contratação da empresa **ACTION ITEC INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA EIRELI**, para a prestação de serviço de higienização e descontaminação de acervo documental, materializada no Contrato Administrativo nº 027/2021 ([0775295](#)).

02. A vigência inicial do referido contrato foi de **3 (três) meses**, contados a partir de 22/12/2021, e seu prazo de execução de **45 (quarenta e cinco) dias úteis** a partir da data citada.

03. Mediante a Manifestação nº 2/2022 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SPEA ([0791928](#)), a Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo (SPEA), unidade gestora da contratação em comento, noticia a entrega do Plano de Trabalho ([0791920](#)) após o prazo estipulado no Ajuste citado, bem como informa sobre o pedido de prorrogação dos prazos contratuais por mais 15 dias corridos protocolado pela contratada, baseado na falta de matéria prima para realização do serviço e defasagem da equipe em decorrência da contaminação de seus membros por COVID-19 ([0791923](#)). Ainda, manifesta-se favorável a esta solicitação e sustentou a não aplicação de multa quanto a entrega do Plano de Trabalho.

04. No Despacho nº 286/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0791974](#)), considerando as informações acima relatadas, o secretário da SAOFC aquiesceu com a não aplicação de multa contratual a empresa mencionada e direciona os autos a Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (COFC) para programação orçamentária, a Seção de Contratos (SECONT) para elaboração da minuta de Termo Aditivo, e a esta Assessoria Jurídica da Diretoria-geral (AJDG) para análise e emissão de parecer jurídico.

05. Em seguida a COFC, devolveu os autos sem a realização de programação orçamentária, pois não identificou informação a respeito de acréscimo ao valor do contratado na Manifestação nº 2/2022 da SPEA, consoante Informação nº 44/2022 – PRES/DG/SAOFC/COFC ([0792292](#)).

06. Por sua vez, a SECONT juntou aos autos a minuta do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 27/2021 ([0792783](#)) e remeteu os autos a esta AJDG para a análise jurídica, conforme Remessa nº 53/2022 – PRES/DGSAOFC/COMAP ([0792784](#)). **É o breve e necessário relato.**

III – ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07. Inicialmente convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0001027-24.2021.6.22.8000) até a presente data.

08. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO nº 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é de responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

09. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade da gestão da contratação, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa dos atos de gestão e fiscalização da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

10. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir à autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

11. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

12. Sobre **prorrogação dos prazos contratuais**, conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme manifestação expressa da unidade gestora (Manifestação nº 2/2022 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SPEA - [0791928](#)), as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa dos serviços.

13. Por sua vez, além de pactuada expressamente na **Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 027/2021**, a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pretensão encontra abrigo no inciso II, § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **admitem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis. **(sem grifo no original)**

(...)

14. Com relação ao prazo de execução, o § 1º do dispositivo acima traz a permissão para a sua dilação, basta apenas a comprovação da ocorrência de um dos motivos listados em seus incisos.

15. No caso em tela, o serviço não está sendo executado conforme o planejado, pois, o cronograma de atividades da empresa foi prejudicado em razão da impossibilidade de aquisição do insumo desoxigenador necessário para realização da restauração da documentação do acervo deste Tribunal e, também, pelo acometimento de COVID-19 aos membros da equipe técnica da contratada. Tal fato, consequentemente, prejudicaram a execução do contrato ora em análise. Esta situação, portanto, enquadra-se na hipótese do inciso II, § 1º do dispositivo mencionado.

16. Sobre esse aspecto, é importante mencionar que o § 5º do art. 79 estabelece a devolução ao contratado do interim durante o qual não houve execução por força das situações descritas no § 1º do art. 57 da LLC. Evidenciando que o lapso temporal no qual a empresa não pode prestar seus serviços devem ser devolvidos para a conclusão do objeto contratado.

17. Nesse sentido, estes óbices examinados estão razoavelmente justificados pelas informações prestadas pela unidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

gestora quanto à necessidade de prorrogar a execução por mais 15 dias corridos, consoante manifestação nº 2/2022 – PRES/DG/SAOFC/SPEA ([0791928](#)).

18. Observou-se nos autos, a ausência de documentos comprobatórios dos fatos alegados pela contratada como fundamentos para o pedido de dilação pretendido. E, esta Assessoria Jurídica entende que tal documentação é pertinente, tendo em vista que é ônus da contratada comprovar os fatos alegados que impedem de cumprir o prazo de execução inicialmente estabelecido no contrato, aplicando-se, por analogia, o disposto no art. 373 do CPC.

19. Deste modo, apesar de a unidade técnica e gestora ser mais qualificada do que a assessoria jurídica para verificar a veracidade das alegações da contratada justificadoras da solicitação em comento e a necessidade ou não de uma instrução mais acurada de documentação comprobatória dos eventos prejudiciais ao adimplemento da prestação do serviço dentro do prazo acordado, **conclui-se que, no caso em comento, seria interessante a juntada de documentação, que fundamente o pleito da contratada, como por exemplo atestados médicos ou cópia de e-mail de fornecedores sobre a impossibilidade de entrega do insumo,** pois isso tornaria a instrução processual desta possível alteração do instrumento convocatório mais robusta, o que poderá evitar futuras objeções.

20. Quanto à prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, verifica-se que há previsão contratual na Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta do Ajuste firmado com fundamento no art. 57, §§, da Lei nº 8.666/93 e restou demonstrada a necessidade de sua dilação em razão da ampliação do prazo de execução.

III – CONCLUSÃO

21. Nesses termos, considerando, sobretudo, a manifestação técnica da unidade gestora ([0791928](#)), esta assessoria jurídica **opina pela possibilidade da prorrogação por mais 15 (quinze) dias corridos dos prazos de execução e de vigência do ajuste em comento,** com fundamento no artigo 57, I, § 1º, II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula 5ª, Subcláusula 2ª, do Contrato Administrativo nº 27/2021. **Nada obstante, seria apropriado a juntada de documentos comprobatórios da**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

causa alegada pela contratada em seu pedido de prorrogação, como explanado nos tópicos 18 e 19 deste opinativo.

22. Quanto à **minuta do Primeiro Termo Aditivo** juntada aos autos ([0792783](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim sendo, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos.

23. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos estritamente jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo, assim como aspectos técnicos, econômicos, financeiros e orçamentários.

À consideração da unidade superior.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 23/02/2022, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 23/02/2022, às 16:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0794898** e o código CRC **32C04727**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001027-24.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo - SPEA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de execução e vigência do Carta-contrato nº 027/2021 – SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO DE ACERVO DOCUMENTAL.

DESPACHO Nº 221 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, levou-se a cabo a contratação da empresa **ACTION ITEC INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA EIRELI**, para a prestação de serviço de higienização e descontaminação de acervo documental, materializada no Contrato Administrativo nº 027/2021 ([0775295](#)), com vigência inicial de 3 (três) meses e prazo de execução de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados de 22/12/2021.

Nos termos da manifestação n. 2/2022 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SPEA ([0791928](#)) a Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo (SPEA), unidade gestora da contratação em comento, noticia a entrega do Plano de Trabalho ([0791920](#)) após o prazo estipulado no Ajuste citado, bem como informa sobre o pedido de prorrogação dos prazos contratuais por mais 15 dias corridos protocolado pela contratada, baseado na falta de matéria prima para realização do serviço e defasagem da equipe em decorrência da contaminação de seus membros por COVID-19 ([0791923](#)). Ainda, manifesta-se favorável a esta solicitação e sustenta a não aplicação de multa.

Na sequência, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade aquiesceu com a não aplicação de multa contratual à empresa mencionada e, na sequência encaminhou o feito, concomitantemente, à COFC para programação orçamentária, à SECONT, com vistas à elaboração da minuta de termo aditivo; e à AJDG, para emissão de parecer jurídico ([0791974](#)).

A COFC, devolveu os autos sem a realização de programação orçamentária, pois não identificou informação a respeito de acréscimo ao valor do contratado na Manifestação nº 2/2022 da SPEA, consoante Informação nº 44/2022 – PRES/DG/SAOFC/COFC ([0792292](#)).

Em cumprimento ao Despacho 286/2022 ([0791974](#)) a SECONT juntou aos autos a minuta do Termo Aditivo n. 1 ao Contrato n. 27/2021 (evento [0792783](#)), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0792784](#)).

A AJDG emitiu o Parecer Jurídico n. 32/2022 ([0794898](#)), no qual, tendo em vista a manifestação da unidade gestora do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contrato ([0791928](#)), opinou pela possibilidade de prorrogação **por mais 15 (quinze) dias corridos dos prazos de execução e de vigência do ajuste**, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Quinta, Subcláusula 2ª, do Contrato Administrativo n. 27/2012, ressaltando a necessidade da juntada de documentos comprobatórios da causa alegada pela contratada em seu pedido de prorrogação. Por fim, aprovou a minuta apresentada pela SECONT (evento [0792783](#)), por estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas.

A SAOFC manifestou-se favorável à prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 27/2021 ([0775295](#)), por mais 15 (quinze) dias, a contar de **24/03/2022** e data final em **07/04/2022**, e o **prazo de execução** também por mais 15 (quinze) dias sem ônus para o Contratante, com fundamento no [art. 57, I e § 1º, II da Lei nº. 8.666/93](#) e Subcláusula segunda da Cláusula Quinta do Contrato Originário ([0795138](#)).

De posse dos autos, considerando as informações dos itens 18 e 19 do Parecer Jurídico 32/2022 ([0794898](#)), bem como disposição expressa constante no inciso II da Subcláusula Segunda da Cláusula quinta do contrato Administrativo nº 027/2021 ([0775295](#)), esta Diretoria-Geral, por meio do Despacho 202 ([0795328](#)), devolveu os autos à SAOFC/SPEA, para juntada de documentos que comprovem a alegação da contratada que motivaram o pedido de prorrogação da avença solicitada ([0795609](#)).

Em cumprimento ao referido despacho juntou-se aos autos documentação complementar apresentada pela contratada conforme eventos [0796183](#) e [0796189](#), restando-se devidamente satisfeitas as determinações e exigências contratuais que regem a matéria.

Vieram os autos para apreciação.

Como bem asseverado pela Assessoria Jurídica, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos, em execução, pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual, tendo em vista que as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa dos serviços remanescentes. Ademais, no tocante à possibilidade de **prorrogação do prazo de execução do contrato**, a Lei de Licitações traz no § 1º do artigo 57 as seguintes hipóteses permissivas:

"Art. 57 [...]

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

[...]



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;" (destacamos)

Portanto, consoante dispõe o inciso II do § 1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93, para a dilação do prazo de execução basta a comprovação da ocorrência de um dos motivos listados no referido normativo. No presente caso, o objeto da contratação não será concluído de acordo com o planejado tendo em vista o cronograma de atividades da empresa ter sido prejudicado em razão da impossibilidade de aquisição do insumo desoxigenador necessário para realização da restauração da documentação do acervo deste Tribunal e, também, pelo acometimento de COVID-19 dos membros da equipe técnica da contratada.

Com efeito, as alegações registradas na solicitação da contratada ([0791923](#)), foram apreciadas pela unidade gestora da contratação ([0791928](#)) e devidamente comprovadas mediante juntada de documentação complementação aos eventos n. [0796183](#) e [0796189](#), restando claro a impossibilidade de finalizar os serviços dentro do prazo de vigência contratual.

Logo, as justificativas da contratada, possibilitam enquadramento da situação na hipótese do **inciso II do § 1º do dispositivo supracitado**.

Quanto à prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, verifica-se que há previsão contratual na Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta do Ajuste firmado com fundamento no art. 57, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e restou demonstrada a necessidade de sua dilação em razão da ampliação do prazo de execução.

Registra-se, ainda, que a minuta de aditamento ([0792783](#)) foi aprovada pela Assessoria Jurídica, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos.

Por fim, no tocante a questão de eventual aplicação de penalidade pela não cumprimento do pactuado no prazo estipulado, não vislumbra-se má-fé ou mesmo falta de planejamento a justificar a não adimplência das obrigações no momento oportuno, tendo vista todas as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

justificativas, devidamente comprovadas no autos e aceitas pela unidade gestor da contratação.

Diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, I, § 1º, inciso II, da Lei n. 8.666/93, bem como da previsão constante da Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 027/2021 ([0775295](#)), com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018/GP, **AUTORIZO a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº. 027/2021 ([0775295](#)), por mais 15 (quinze) dias a contar de 24/03/2022 e data final em 07/04/2022**, e do prazo de execução por mais 15 (quinze) dias, sem ônus para este Tribunal, mantidos os demais termos e condições pactuados.

À SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 03/03/2022, às 16:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0796289** e o código CRC **883396DC**.